

Brasil só volta a pagar juros da dívida após acordo

Sônia de Almeida — 13/2/87

Consuelo Dieguez

BRASÍLIA — Apesar das pressões dos bancos credores e do Tesouro norte-americano, o principal negociador da dívida brasileira, embaixador Jório Dauster, reiterou ontem a posição do governo de somente tratar do pagamento dos juros atrasados no âmbito da negociação global da dívida. Segundo Dauster, nas negociações com o comitê assessor do bancos credores privados, que começam na segunda quinzena de outubro, o Brasil deixará clara a disposição de fazer um provisionamento de recursos para saldar apenas os juros da dívida a vencer. A parcela vencida, cujo pagamento está suspenso desde junho do ano passado, será negociada, acrescentou, dentro de um pacote que inclui mecanismos de redução de dívida e não o pagamento puro e simples dos débitos.

Os banqueiros credores e o Tesouro dos Estados Unidos voltaram à carga contra o Brasil em duas entrevistas concedidas na segunda-feira em Washington — uma do subsecretário do Tesouro, David Mulford, e outra do representante do Institute of International Finance (IIF), organização ligada aos bancos, Horst Shullmann. Eles onde exigiram o pagamento de pelo menos parte dos juros atrasados, que já chegam a US\$ 7,1 bilhões. O embaixador Jório Dauster comentou que a posição dos credores



Dauster acha que só política impedirá que FMI aceite carta

é perfeitamente compreensível: “Eles estão fazendo o seu papel de cobrar seus créditos”.

Dauster admitiu, porém, que as declarações de David Mulford, sugerindo que a diretoria do Fundo Monetário Internacional (FMI) não examine a carta de intenções enviada pelo governo brasileiro enquanto o país não pagar parte dos juros, são preocupantes. Outras fontes do Mi-

nistério da Economia interpretaram as declarações de Mulford como um jogo de cena para atender às fortes pressões dos bancos privados sobre o Tesouro americano. A ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, limitou-se a dizer que não tomara conhecimento da entrevista de Mulford, divulgada pelos jornais.

Decisão política — Cauteloso, Dauster explicou que se a carta de

intenção não for referendada pelo FMI, o que pode ocorrer é o Brasil não receber recursos da ordem de US\$ 2 bilhões prometidos pela instituição. Ele assinalou que, nessa hipótese, a decisão do FMI será eminentemente política, já que o parecer de seus técnicos, concluído após um mês de permanência no país, foi francamente favorável ao desempenho da economia brasileira. “O mais importante é que os técnicos e o gerente-geral do Fundo, Michel Camdessus, aprovaram o programa econômico desenvolvido pelo governo. Este é o dado fundamental. Qualquer outro elemento de juízo que venha a ser usado pela diretoria não passará pela discussão técnica”, afirmou Dauster.

A pressão dos credores sobre a política mais flexível que vem sendo adotada pelo FMI em relação ao pagamento de juros pelos países devedores não é nova. Em abril, durante uma reunião da comunidade financeira internacional, o FMI foi duramente criticado por não ter sido mais rigoroso com a questão do pagamento dos juros devidos pela Argentina. O embaixador Dauster, no entanto, acha que apesar das críticas dos banqueiros, o aval do fundo ao programa econômico brasileiro ajudará muito as negociações com os credores privados.